

-----Ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, realizada pelas vinte horas e trinta minutos, do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, na sala de sessões do edifício dos Paços do Concelho, cuja ordem de trabalhos é a seguinte:-----

Ponto 1: Apreciação do Relatório de Atividades e da Situação Financeira da Câmara Municipal; -----

Ponto 2: Apreciação e eventual aprovação do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Santa Cruz da Graciosa”;-----

Ponto 3: Apreciação e eventual aprovação da proposta de nova “Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa”;-----

Ponto 4: Apreciação e eventual aprovação da proposta de “Atribuição de Despesas de Representação à Chefe de Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos, Águas e Saneamento”;-----

Ponto 5: Apreciação e eventual aprovação do empréstimo para empreitada “Campo de Futebol Sintético de Santa Cruz da Graciosa” - Assunção de Compromissos Plurianuais;-----

Ponto 6: Apreciação e eventual aprovação da “Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2020”-----

Ponto 7: Apreciação e eventual aprovação da “Prestação de Contas Consolidadas 2020”-----

-----Verificado o quórum, constata-se as presenças de: João Manuel Teixeira Bettencourt; João Natal Lima Bettencourt, Lizete Bergantim Oliveira de Andrade Albuquerque, Nélia Maria Ávila Nunes Pereira, José Gabriel Mendonça da Cunha em substituição José Manuel Gregório de Ávila, Tiago Avelar Lima Santos, José Manuel Bettencourt Ataíde, Manuel Osvaldo Espínola Ramos em substituição de Ricardo Bettencourt Ramalho, George Ortins Lobão, Paulo Jorge Leite da Cunha e Manuel José Silva Ramos, todos do Partido Socialista; Maria do Natal Santos Cordeiro, Bruno Alexandre Teixeira Silveira; Rafael Picanço Bettencourt em substituição Marco Nuno Costa e Silva, Eulália Fernanda Pais Aguiar, Cláudia Bettencourt Medina em

substituição de Eutímio Manuel da Veiga Ortins, Rui Filipe Benjamim de Melo, Daniel Lima da Silva e João Manuel Ávila Picanço em substituição de Manuel Guilhermino da Rocha, todos do Partido Social Democrata.-----

-----Também presentes o Presidente da Câmara Municipal, Manuel Avelar Cunha Santos, a Vice-Presidente Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro e os Vereadores António Manuel Bettencourt Ortins Lourenço, António Manuel Ramos dos Reis e Cláudia de Fátima Veiga da Cunha.-----

-----Aberta a sessão o Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, que consistiu na documentação para a reunião, e procedeu-se à leitura e votação da ata da reunião ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, tendo sido aprovada por maioria, com 18 votos favoráveis e uma abstenção por parte do Membro Manuel José Silva Ramos, justificando o sentido de voto por não estar presente na última reunião. -----

-----Posteriormente, passou-se ao período antes da ordem do dia. O deputado Manuel José Ramos pediu da palavra para saber o ponto de situação de algumas obras na freguesia de São Mateus: o Caminho do Quitadouro; os postos de iluminação da marginal Rochela-Lagoa; e as canadas que estão em remodelação, nomeadamente a Canada do Beco entre outras. O Presidente da Câmara respondeu que, em relação à estrada do Quitadouro, até final de Julho iriam iniciar a obra após a assinatura do contrato. Relativamente às canadas, referiu que na Canada do Claudino irá fazer um ecoponto e intervir mais no interior da mesma para facilitar o acesso a máquinas agrícolas; em relação à Canada do Beco esta está quase concluída, contudo ainda não chegaram à Canada Miguel Pereira, mas que tentaram resolver o máximo possível em todas as que necessitam de intervenção. Em relação aos postos de iluminação, a Vice-Presidente tomou da palavra para clarificar que o engenheiro já se prontificou a resolver a situação e que há um empresário local para a pintura dos postos, faltando ultimar os restantes procedimentos com o engenheiro da EDA.-----

-----O deputado George Ortins interveio para perguntar ao Presidente da Câmara se irá haver animação de verão na Praça solicitou uma boca-de-incêndio para o Carapacho, propôs a atribuição do nome do senhor Fernando Mesquita numa das ruas do Carapacho e continuou questionando sobre o ponto de situação do campo de jogos de Guadalupe; da Canada Abaixo do Fragoso, Canada da Emília já realizada, mas questionando sobre o

porquê da demora. Concluiu com a necessidade de haver obras no reservatório da Canada do Tanque, uma obra de grande envergadura, embora apoiada pelo IROA, necessita de mais algum apoio por parte do município. O Presidente da Câmara, em relação à boca-de-incêndio, respondeu que terá que ser estudado com o departamento das águas. Em relação à placa com o nome da rua achou conveniente e que não há nada contra. Em relação à Canada da Emília, esta será a próxima a ser intervencionada e tem mesmo necessidade de o ser. No que diz respeito à animação na Praça, há interesse em organizar, contudo, dada a situação actual, com os casos existentes, teriam que fazer pressão junto da Unidade de Saúde, porque o problema é mesmo controlar o distanciamento das pessoas na Praça. Em relação ao campo de jogos do Guadalupe, a Vice-presidente interveio para clarificar que três empresas concorreram e já foi feito o relatório, contudo houve reclamações na fase inicial ao qual a Câmara respondeu, pedindo apoio técnico específico. Mas como há prazos para voltar a reclamar, levou mais demora. Acrescentou que a situação em causa não depende somente da Câmara.---

-----O deputado Daniel Silva tomou da palavra para perguntar para quando ficará pronto o sistema de som da sala desta assembleia. A Vice-Presidente respondeu que o equipamento chegou em Abril, contudo o técnico de som nunca mais disse nada. Após confirmar clarificou que havia ainda um problema com as baterias. -----

-----A deputada Lizete Albuquerque solicitou da palavra para elogiar quem tomou a iniciativa da elaboração das placas colocadas junto às zonas balneares da freguesia de Santa Cruz com a intervenção dos alunos da escola, acrescentado que foi uma excelente ideia para a educação ambiental. Continuou com a palavra sugerindo um espaço para o estacionamento dos autocarros entre o paul e a praça, justificando com a idade avançada de alguns turistas na deslocação pelo centro da vila. Questionou sobre a necessidade de colocar uma placa em português e em inglês, junto aos paus, para explicar qual a sua função, assim como a colocação de pequenas placas a indicar o nome e a origem das árvores que temos no centro do nosso concelho. Continuou, chamando a atenção para a limpeza, especialmente no verão, da praça de toiros. Para terminar apresentou a preocupação dos autocarros à saída do hotel, por nunca conseguirem sair para a direita.-

-----O Presidente da Assembleia tomou da palavra para realçar que está disponível em ceder uma parte do terreno por essa ser uma questão de segurança na saída dos autocarros do hotel e, em relação às placas das zonas balneares, acrescentou que foram

iniciativa da Junta de Freguesia com a colaboração da escola do Primeiro Ciclo e que foi uma iniciativa muito acarinhada pelas crianças e professores. -----

-----O Presidente da Câmara, em relação á saída dos autocarros do hotel, respondeu que se o Presidente da Assembleia disponibilizar o terreno, irão com um técnico ao local para fazer essa intervenção e ficará resolvido. Em relação à praça de toiros confirmou que é necessário uma intervenção mas que também tem que haver uma vistoria da cultura. Relativamente às placas dos paus, referiu que será mais difícil, mas possível; em relação às placas das árvores seria muito importante e fácil de solucionar. No que diz respeito ao espaço para os autocarros, sugeriu que quando se fizer o estudo para o trânsito no centro da vila, dever-se-á contemplar essa situação. Continuou dando os parabéns à Junta de Freguesia pela ideia das placas com a colaboração da escola, pois também é uma forma de sensibilizar as famílias.-----

-----O deputado Paulo Cunha tomou da palavra para agradecer os elogios e enalteceu o trabalho realizado pelos alunos e pelos professores. Continuou com a palavra agradecendo à Câmara pela colaboração na zona balnear do Barro Vermelho, pelo hastear da Bandeira Azul. Referiu que a Junta tem feito melhoramentos nos acessos às zonas balneares, mas poderá haver outro tipo de apoios camarários para melhorar mais ainda. Acrescentou que a Câmara Municipal já fez muitas obras, mas que nunca as inaugurou e que há necessidade de mostrar que há muita obra feita por esta autarquia. O deputado questionou também o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da zona Barra-Santa Catarina, assim como sobre o ponto de situação da Canada de Trás do Pico, nas Fontes, que tipo de intervenção será feita para melhorar as condições de acesso aos habitantes daquela zona.-----

-----A Vice-Presidente tomou da palavra para clarificar que, em relação ao projeto Santa Catarina, Pesqueira e respectiva proteção costeira, que o senhor secretário foi muito receptivo, contudo não foi dado mais nenhum passo. É uma obra que envolve valores elevados, poderá ser feita no próximo quadro comunitário. Em relação às zonas balneares, referiu que houve um grande investimento mesmo com os nadadores salvadores, assim como no material para os banhistas. Na zona pesqueira há necessidade de haver instalações sanitárias.-----

-----O deputado João Picanço interveio para agradecer, em nome da Associação de Futebol, todo o tipo de apoio prestado pela Câmara Municipal e pelas quatro Juntas de

Freguesia, na aquisição de material desportivo aquando do torneio da seleção realizado na Ilha Terceira. Continuou questionando sobre qual o ponto de situação do campo de jogos da Freguesia da Luz, sabendo que o material está cá, qual a possibilidade da associação poder colaborar.-----

-----A Vice-Presidente respondeu que a borracha está na ilha e como tínhamos dois campos vão solicitar a colaboração à Câmara de Angra do Heroísmo, pois possuem uma máquina para a manutenção dos campos de relva sintética.-----

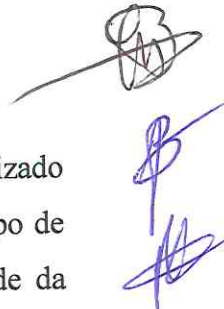
-----Seguidamente passou-se à “Ordem do dia”.-----

Ponto 1: Apreciação do Relatório de Atividades e da Situação Financeira da Câmara Municipal; -----

----- Neste ponto o deputado Paulo Cunha expressou a sua opinião sobre o apoio à natalidade por parte do Município de Santa Cruz da Graciosa, que o mesmo deveria ser para todos e não só para o escalão. Ao que o Presidente da Câmara respondeu que ao longo dos anos é compreensível, não sendo um regulamento ideal, contudo a próxima Câmara fará esse regulamento ou mesmo melhorar o atual que deve ser estudado dentro do sentido da equitatividade. -----

Ponto 2: Apreciação e eventual aprovação do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Santa Cruz da Graciosa”;-----

-----O Presidente da Câmara tomou da palavra para a apresentar em traços gerais o plano, acrescentando que este tipo de plano de gestão e de infracções conexas deverá ser elaborado no prazo de noventa dias, onde deverá identificar os riscos e eliminando-os. Continuou dizendo, e passo a citar: “O Município de Santa Cruz da Graciosa entende que este plano é de facto um mecanismo de proteção da população, em geral, mas igualmente, um mecanismo de proteção dos seus órgãos, trabalhadores e demais colaboradores, identificando os principais riscos e definindo medidas para a sua minimização ou eliminação, contribuindo decisivamente para uma cultura de exigência, de transparência e de igualdade de tratamento, tanto do lado dos munícipes como por parte dos órgãos, agentes e funcionários municipais. Esta Autarquia rege-se por um conjunto de valores e Políticas de gestão que, alinhados com a sua missão e visão, descrevem as suas características e preocupações, tornando explícito aquilo em que



acredita, pratica e valoriza, e estando o Município consciente de que a corrupção e os riscos conexos são um grande obstáculo ao normal funcionamento das instituições e uma ameaça à democracia, colocando em causa a seriedade das relações entre Administração Pública e a população em geral, contrariando o desejável desenvolvimento das economias e o normal funcionamento dos mercados, e que o Município deve anualmente elaborar um Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas e o respectivo Relatório Anual de Execução, propondo que a Assembleia Municipal aprove o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Santa Cruz da Graciosa e o respetivo Mapa de Identificação dos Potenciais Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.”-----

-----O Membro Manuel José Ramos manifestou a sua opinião sobre a importância deste documento, devido à grande responsabilidade que é gerir as autarquias ou outros órgãos executivos.-----

-----Posteriormente, passou-se à votação onde foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 3: Apreciação e eventual aprovação da proposta de nova “Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa”;-----

----- O Presidente da Câmara tomou da palavra para referir que esta norma de controlo interno permite a “salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação de informação orçamental e financeira viável”. Deste modo e tendo em conta que o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, revogou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), respetivamente ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações orçamentais; tendo em conta que esta norma se encontra desajustada à orgânica da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa devido a alterações legislativas, entretanto ocorridas, surge a necessidade de proceder às alterações fundamentais, adequando-as ao atual contexto organizacional do Município e ao cumprimento dos princípios da legalidade e da transparência administrativa. Deste modo, cabe à Câmara Municipal elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação desta

Assembleia. Por não haver inscrições para o efeito, passou-se à votação onde foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 4: Apreciação e eventual aprovação da proposta de “Atribuição de Despesas de Representação à Chefe de Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos, Águas e Saneamento”;-----

----- O Presidente da Câmara clarificou as despesas de representação contempladas na Lei, desde um de Janeiro, com uma chefe de divisão. Por não haver inscrições para o efeito, passou-se à votação onde foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 5: Apreciação e eventual aprovação do empréstimo para empreitada “Campo de Futebol Sintético de Santa Cruz da Graciosa” - Assunção de Compromissos Plurianuais;-----

-----O Presidente da Câmara interveio para referir que a obra vai ser locada, com a aprovação do empréstimo do tribunal de contas, obra a realizar em dois mil e vinte e dois, e que tem que ser aprovada nesta assembleia, pois não será uma obra somente para um ano. Por não haver inscrições para o efeito, passou-se à votação onde foi aprovado por unanimidade.-----

Ponto 6: Apreciação e eventual aprovação da “Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2020”-----

-----O Presidente da Câmara apresentou os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão do referido ano. Estes documentos sintetizam e descrevem toda a atividade desenvolvida pelo Município de Santa Cruz da Graciosa, um pouco diferente do ano transato, uma vez que no início de dois mil e vinte entrou em vigor o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública, o qual trouxe modificações, sendo este o ano de adoção. Continuou dizendo que as contas da autarquia continuam a demonstrar uma situação financeira estável e equilibrada. À semelhança dos anos anteriores, a metodologia utilizada traduz-se na elaboração de quadros, gráficos e rácios, através dos quais se pretende evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal, não apenas no período em análise, mas também a sua evolução face a anos anteriores. Com a situação pandémica, o município manteve a prestação dos seus serviços essenciais, nomeadamente, distribuição de água, recolha de resíduos, saneamento, iluminação pública das vias municipais, entre outras não menos

importantes, tentando melhorar sempre os serviços prestados. Acrescentou que a execução global fixou-se em 88,32% para a receita e em 74,34% para a despesa. A execução das várias funções que compõem as Grandes Opções do Plano foi a seguinte: funções gerais: 282.524,34€; funções sociais: 1.379.268,71€; funções económicas: 415.365,02€ e outras funções: 373.541,40€. Das ações inscritas neste plano, destacam-se os apoios diversos a coletividades, associações e famílias, transferências para as Juntas de Freguesia e programas de emprego. Estes apoios foram majorados em 25% do seu valor, uma vez que com a pandemia, as nossas instituições viram suas receitas e despesas mantidas. Das obras e serviços prestados, destacam-se: a conclusão da empreitada do Centro Histórico e Zonas Envolventes, melhoria de condições de habitabilidade das habitações dos bairros municipais, um conjunto de investimentos na conservação das redes de água e respectivo controlo de qualidade, aquisição de uma viatura bifluxo para recolha seletiva de resíduos, a manutenção e requalificação da rede viária municipal, entre muitos outros investimentos trabalhos efetuados, não menos importantes, mas de menor valor. Continuou dizendo que as contas do município foram auditadas e serão certificadas pelo auditor externo, nos termos do artigo 77.º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro. Este ano juntaram um esboço de certificação como garantia de que as contas foram efetivamente verificadas e estão de acordo com o preconizado na Lei. O documento com as recomendações foi-nos remetido em forma de esboço o qual foi anexado à ordem do dia para o conhecimento de todos, embora essa obrigação apenas existe no envio para a Assembleia Municipal.-----

-----Após a explicação dos documentos, o Presidente da Câmara continuou dizendo que as atividades prosseguidas nos termos legais permitiram apurar o total do Ativo 28.826.824,79€, património líquido de 27.670.502,34€ e passivos de 1.156.322,45€, com o Resultado Líquido do Exercício positivo no valor de 128.011,43€ que será repartido de acordo com o estipulado no relatório de gestão. Disse ainda que é com agrado que se verificam as execuções financeiras, fruto do trabalho dos anos anteriores, renovando a vontade de continuar a trabalhar para melhorar a vida dos munícipes e de quem nos visita.-----

-----Por não haver inscrições para o efeito, passou-se à votação onde foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto 7: Apreciação e eventual aprovação da “Prestação de Contas Consolidadas 2020”-----

-----O Presidente da Câmara apresentou em traços gerais as contas auditadas e certificadas, da qual passo a citar: “Fazendo um resumo à atividade da Empresa de Transportes Coletivos da Ilha Graciosa e comparando os serviços prestados com o ano anterior, e uma vez que o ano de dois mil e vinte foi um ano atípico devido à pandemia que se instaurou e que nos trouxe grandes restrições, verificamos que houve ligeiras reduções em todos os serviços de importâncias elevadas, exceto nos Pré-comprados Normais, que tiveram um aumento de 827,00€. Comparando o número de passageiros transportados nos últimos cinco anos estes diminuíram 38.636, o que representa 35,64% No que se refere aos quilómetros percorridos, houve uma redução de 20.162Km em relação ao ano de dois mil e dezasseis, representando 18,86%. Comparando também os quilómetros percorridos no corrente ano, com o ano de dois mil e dezanove, andou-se menos 26.344Km, devido à atual pandemia. Da consolidação de contas resulta o total de ativo no valor de 29.018.682,39€ total do Património Líquido 27.837.041,72€ e Passivo de 1.181.640,67€, com um Resultado Líquido do Exercício 100.119,47€. As contas do Município foram auditadas e certificadas pelo auditor externo, nos termos do artigo 77.º da Lei nº 73/2013, de três de Setembro e as da Empresa de Transportes foram certificadas pelo Contabilista Certificado. Como garantia juntamos o esboço de certificação de que as contas foram efectivamente verificadas e estão de acordo com o preconizado na Lei. O documento com as recomendações foi-nos remetido em forma de esboço o qual foi anexado à ordem do dia para vosso conhecimento, pois já se encontrava elaborado, no entanto, é de referir que essa obrigação apenas existe no envio para a Assembleia Municipal. Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas serão remetidas ao Tribunal de Contas até trinta de Julho de dois mil e vinte e um.” -----

-----Por não haver inscrições para o efeito, passou-se à votação onde foi aprovado por unanimidade. -----

----- No período da intervenção do público, e por não haver inscrições para o efeito, deu-se o mesmo por encerrado.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, tendo-se elaborado a presente Ata que depois de lida em voz alta, na presença de todos, foi posta à votação e foi

aprovada por unanimidade. Esta Ata foi aprovada em minuta para poder ter execução imediata.-----

A Mesa da Assembleia Municipal

João Manuel Vieira Pêtas
João Luís Lourenço Bettencourt
Ricardo Bettencourt Romalho